

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(UNIODONTO CATARINENSE)
CNPJ nº 07.270.625/0001-12
Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2018
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente
sobre as Demonstrações Contábeis**

CONTEÚDO

- Relatório da Administração
- Balanço Patrimonial – Ativo
- Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Sobras e Perdas
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
- Parecer do Conselho Fiscal
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

 **UNIODONTO**[®]

ANS - Nº 41.562-6

CATARINENSE

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(UNIODONTO CATARINENSE)
ANS – 41.562-6**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO 2018



Submetemos à apreciação das UNIODONTOS filiadas, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2018 da **FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UNIODONTO CATARINENSE**, com Registro de Operadora sob nº. 41.562-6 e Autorização de Funcionamento conforme Ofício nº. 53/2009/DIR.ADJ. (HAB) /DIOPE/ANS, datado de 17 de março de 2009. Este relatório observa os dispositivos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. As principais ocorrências verificadas no exercício de 2018 foram:

1) - DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO DE 2017: Atendendo proposta do Conselho de Administração, a assembleia realizada em 08 de março de 2018, decidiu por unanimidade, que as sobras líquidas do exercício 2017, no valor de R\$ 298.377,12 já deduzidos o FATES e o Fundo de Reserva no valor de R\$ 305.722,49, seja destinado à formação do fundo “Reserva para Investimentos 2018”, a ser constituída dentro do grupo “25331.9028 Outras Reservas de Sobras” do plano de contas estabelecido pela ANS.

2) - RESULTADO DOS NEGÓCIOS: Traçando um comparativo com o exercício de 2017, observamos que, apesar da instabilidade /crise econômica que o país está passando, a Cooperativa no exercício de 2018 alcançou resultados que podemos considerar satisfatórios: A) - Ingressos Líquidos: – (2017: R\$ 11.426.909,47) (2018: R\$ 12.905.954,52). B) - Dispêndios: - (2017: R\$ 10.728.668,34) (2018: R\$ 12.380.101,83). C) - Sobras antes do IRPJ e CSL: - (2017: R\$: 698.241,13) (2018: R\$: 525.852,69). D) - IRPJ e CSL - (2017: R\$: 94.141,52) (2018: R\$: 57.824,36). E) - Sobra Líquida do Exercício: – (2017: R\$: 604.099,61) (2017: R\$: 468.028,33). F) - Fundo de Reserva e FATES: - (2017: R\$: 305.722,50) (2018: R\$: 70.204,25). G) - Sobras à Disposição da AGO: – (2017: R\$ 298.377,12). (2018: R\$: 397.824,09).

3) - NEGÓCIOS USUAIS E FATOS QUE TIVERAM INFLUÊNCIAS NO DESEMPENHO DA COOPERATIVA: Dentre outros salientamos: A) - A Operadora cumpre em 100% a quantia dos ativos garantidores exigido pela ANS e possui uma margem de solvência de R\$ 2.416.362,07. B) – Houve um crescimento na ordem de 16,42% nas contraprestações pecuniárias. C) – A sinistralidade média no ano de 2018 foi de 71,23%. D) - Aprimoramento dos processos de liberação de senhas de atendimento para um melhor controle de qualidade nos atos executados bem como diminuir as tentativas de fraudes. E) – Aprimoramento de visões do sistema de BI para acompanhamento de resultados financeiros dos contratos através de levantamento de receitas e despesas para uma melhor ação nos contratos deficitários. F) - Aprimoramento das auditorias sobre pagamento de serviços aos cooperados / credenciados para identificar possíveis desvios e fraudes. H) - Na área de informática no ano de 2018: a) – Aprimoramento do APP Móvel da Uniodonto para atender uma demanda de mercado b) – Busca constante em melhorias dos sistemas internos (ERP) e externos (INTERNET) para um melhor atendimento ao cliente e as obrigações governamentais. c) – Aprimoramento do sistema de documentação radiográfica para melhor acompanhamento dos tratamentos d) – Melhoria do Portal do Beneficiário segundo as normas da ANS no que diz respeito à transparência da informação bem como outros serviços referentes ao Beneficiário.

4) - PERSPECTIVAS E PLANOS: As nossas metas para o ano de 2019, como nos anos anteriores, apesar das imprevisibilidades da própria regulamentação e do mercado, continuam sendo: A) - Na área da receita: Recomposição e aumento da mesma, através de readequação de contratos e novos clientes. B) - Na área das despesas: Diminuição e acompanhamento dos custos, aprimorando os sistemas de informática e otimização de processos. C) - Na área de informática: Avaliação da área no que diz respeito a hardware e software para: a) - Aprimorar os mecanismos de controle para evitar fraudes nas liberações de atendimento. b) – Melhorar a coleta de informações para uma melhor extração e tomada de decisão. c) – Estudos e implementação de aplicativos Móveis para estar em sintonia com as novas solicitações de mercado. d) - Adequar o sistema para novas normas e exigências da ANS. e) – Melhorar o portal do beneficiário para que tenha mais transparência quanto a sua utilização do sistema, colaborando assim para detecção de fraudes ou desvios. f) - Aprimorar o sistema de abertura de protocolos para apresentar sugestões, agradecimentos, reclamações, etc., fazendo com que a cooperativa possa ter um levantamento das áreas em que possa melhorar o atendimento. D) - Na área do atendimento aos usuários dos Planos de Assistência Odontológica e ao Cooperado/Credenciado: a) - Intensificar o trabalho do departamento comercial na busca de novos parceiros; b) - Melhorar as condições de trabalho

dos colaboradores tanto na sede quanto nos escritórios da cooperativa; c) - Dar ênfase ao treinamento dos colaboradores; d) - Dar continuidade à modernização do departamento de informática visando agilizar o atendimento aos cooperados/credenciados e usuários; e) - Aprimorar o sistema de Chat online, ouvidoria e abertura de chamados e protocolos de atendimento. f) - Mediante a utilização das sobras do corrente exercício na ordem de R\$ 397.824,09, propomos a criação do fundo “Reserva para Investimentos 2019”, destinado à consecução dos objetivos acima expostos.

5) - INVESTIMENTOS REALIZADOS, MONTANTE E ORIGEM DOS RECURSOS: Com recursos próprios foram realizados investimentos no total de R\$ 29.908,85 assim distribuídos: A) - Participações Societárias: R\$ 25.096,085. B) - Informática = Aquisição de R\$ 4.812,00.

6) - RECURSOS HUMANOS: A) - Recolhimento de contribuições sociais sobre a folha de pagamento: a) – Em 2017 – R\$ 204.363,43. b) – Em 2018 – R\$ 216.272,27. B) - Investimentos em treinamento: a) – Em 2017 – R\$ 8.396,39. b) – Em 2018 – R\$ 2.901,78. C) - Alimentação: a) – Em 2017 – R\$ 41.214,81. b) – Em 2018 – R\$ 41.817,75. D) – Outros benefícios concedidos aos empregados: a) – Em 2017 – R\$ 61.918,68. b) – Em 2018 – R\$ 57.815,78.

7) - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: A cooperativa, através de campanha, como por exemplo: Projeto Uniodonto Pensando no Futuro que consiste na Reciclagem de papeis/papelão, resultando na reciclagem de 3.000 Kg de papel e a renda da venda dos mesmos revertida para benefícios dos colaboradores. Este projeto engloba a conscientização e incentivo para reciclagem junto aos colaboradores. Todos os escritórios vêm utilizando canecas para o café e água em substituição aos copos descartáveis, aprimorando assim a contínua conscientização de seus colaboradores para a separação seletiva dos resíduos recicláveis, destino adequado das baterias inservíveis e material obsoleto de informática, bem como a reciclagem de papel usado. Participamos junto com o Rotary do lacre solidário, este ano foram arrecadados 178 cadeiras de rodas.

8) - AÇÕES SOCIAIS: Durante o exercício de 2018, a cooperativa em parceria com a Uniodonto de SC Cooperativa Administradora de Contratos e Uniodonto Santa Catarina Cooperativa Odontológica realizou: A) - Palestras sobre Prevenção em Saúde Bucal em 30 empresas contratantes de todo o estado; B) - Trabalho Voluntário no Centro Educacional Amiguinho Feliz/Blumenau, com o Projeto Uniodonto Criança Saudável cujo objetivo é promover a educação em saúde bucal e obter um elo entre profissionais da saúde e a população. São 190 crianças de 0 a 12 anos, distribuídos em berçário, jardim I II III, apoio I II matutino e vespertino constituídos de palestras de orientação em saúde bucal para os pais, higiene bucal para bebês, motivação de saúde bucal com DVD, revelação de placa bacteriana e orientação de escovação com revelação de placa bacteriana, exame tátil visual/avaliação da situação bucal para todas as turmas, aplicação tópica de flúor; aplicação de selante nos primeiros molares permanentes e distribuição de kits escova/pasta/fio dental e dedeiras; realizadas no período de 2 visitas a cada 2 meses; C) - Doação de verba para as Ações Sociais - Natal no asilo e dia saúde bucal no centro de caridade Nossa Senhora da conceição – escritório de Rio do Sul; D) - Doação de verba para as Ações Sociais – Campanha do agasalho em prol do Centro de Convivência do Idoso – escritório de Chapecó; E) – Projeto Uniodonto e a Melhor Idade, onde em todas as datas festivas fazemos visitas levando lembrancinhas, bolos/sucos, distribuição de produtos de higiene pessoal, fraldas descartáveis, caixas de leite, material de limpeza, remédios que estejam necessitando no Ancionato Dona Dalva que no presente momento possui 24 internos – escritório Blumenau; F) - Patrocínio da Festa de Natal das crianças do Centro Educacional Amiguinho Feliz com sorvetes e guloseimas. G) Patrocínio da Agenda APAE. H) Participamos do projeto Bem Viver UNIMED Florianópolis com palestras de motivação e distribuição de escovas de dentes e livro de colorir com motivos odontológicos nas escolas Aldo Câmara da Silva e Prof. Claudete Maria H Domingos. I) Doação de verba para Natal da ONG Dom Oriene de Florianópolis; J) Participamos do Dia C – Dia de cooperar é uma iniciativa das cooperativas brasileiras, e consiste na promoção, sensibilização e estímulo à realização de ações voluntárias.

9) - SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO – PROPOSTA: Visando o fortalecimento do patrimônio líquido da Cooperativa, propomos que as sobras do exercício 2018, na ordem de R\$ 397.824,09, já descontado o Fundo de Reserva e FATES no valor de R\$: 70.204,25, sejam destinadas integralmente à formação do fundo “Reserva para Investimentos 2019”, a ser constituído dentro do grupo “25331.9028 Outras Reservas de Sobras” do plano de contas estabelecido pela ANS.

Diretoria

Dr. Marcos Adolf Prinz – Presidente

CPF: 487.854.319-15

Dr. Fred Zimmermann – Vice Presidente

CPF: 020.239.899-49

Dr. Rubens Renato Weidgenant – Superintendente

CPF: 081.960.369-49

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE:	7.554.792,48	6.690.435,15
Disponível - Notas 3c, 4	877.415,56	465.457,70
Realizável:	6.677.376,92	6.224.977,45
Aplicações financeiras: - Notas 3d, 5	5.326.845,30	4.860.148,59
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	1.878.138,49	1.637.632,29
Aplicações livres	3.448.706,81	3.222.516,30
Créditos de operações com planos de assistência à saúde:	<u>1.218.331,95</u>	<u>1.109.047,37</u>
Contraprestação pecuniária a receber - Notas 3e, 3h, 6	1.151.515,98	1.049.898,53
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde - Notas 3f, 3h, 7	66.815,97	59.148,84
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora - Notas 3g, 3h, 8	-	10.700,72
Créditos tributários e previdenciários - Nota 9	85.878,08	100.206,37
Bens e títulos a receber - Nota 10	38.423,36	138.665,42
Despesas antecipadas - Nota 11	7.602,97	5.142,18
Conta corrente com cooperados - Nota 12	295,26	1.066,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE:	716.966,36	797.897,64
Realizável a longo prazo:	176.702,07	241.755,16
Créditos tributários e previdenciários - Nota 13	176.702,07	169.640,14
Depósitos judiciais e fiscais - Nota 14	-	72.115,02
Investimentos: - Notas 3i, 15	242.496,06	218.396,53
Outros investimentos	242.496,06	218.396,53
Imobilizado: - Notas 3j, 16	266.105,84	293.171,32
Imóveis de uso próprio:	<u>186.069,65</u>	<u>196.229,57</u>
Imóveis - Não odontológicos	186.069,65	196.229,57
Imobilizado de uso próprio:	<u>80.036,19</u>	<u>96.941,75</u>
Não odontológicos	80.036,16	96.941,75
Intangível: - Nota 3 k, 17	31.662,39	44.574,63
TOTAL DO ATIVO	<u>8.271.758,84</u>	<u>7.488.332,79</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6**

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE:	2.288.833,52	1.973.435,80
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde: - Notas 31, 18	1.931.812,66	1.633.060,22
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	112.416,91	21.776,95
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	843.210,78	754.621,76
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	976.184,97	856.661,51
Débitos de operações de assistência à saúde:	523,11	450,00
Comercialização sobre operações - Nota 19	523,11	450,00
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora - Nota 20	7.551,94	14.972,36
Tributos e encargos sociais a recolher - Notas 3m, 21, 22	180.419,67	138.162,56
Débitos diversos - Nota 23	167.786,49	186.526,86
Conta corrente com cooperados - Nota 24	739,65	263,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO: - Nota 26	5.982.925,32	5.514.896,99
Capital social	647.961,37	647.961,37
Reservas:	4.937.139,86	4.568.558,50
Reservas de sobras	4.937.139,86	4.568.558,50
Sobras à disposição da A.G.O.	397.824,09	298.377,12
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.271.758,84	7.488.332,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATORINENSE) – ANS – 41.562-6**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contraprestações efetivas ganhas de planos de assistência à saúde: - Nota 3a	12.373.626,10	10.766.522,22
Receitas com operações de assistência à saúde	12.679.092,15	10.890.363,62
Contraprestações líquidas	12.679.092,15	10.890.363,62
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(305.466,05)	(123.841,40)
Eventos indenizáveis líquidos: - Nota 3a	(8.813.574,45)	(7.559.609,35)
Eventos conhecidos ou avisados	(8.694.050,99)	(7.453.337,39)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(119.523,46)	(106.271,96)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	3.560.051,65	3.206.912,87
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora: - Nota 27	76.734,19	201.926,80
Receitas com operações de assistência odontológica	74.403,67	195.983,54
Outras receitas operacionais	2.330,52	5.943,26
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(3.568,14)	(48.589,31)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde: - Nota 27	(163.598,25)	(213.564,10)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(151.713,85)	(218.918,77)
Provisão para perdas sobre créditos - Nota 3h	(11.884,40)	5.354,67
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora - Nota 27	(103.532,34)	(133.998,39)
RESULTADO BRUTO	3.366.087,11	3.012.687,87
Despesas de comercialização - Nota 27	(316.732,05)	(225.612,81)
Despesas administrativas - Nota 27	(2.969.916,16)	(2.587.792,94)
Resultado financeiro líquido: - Nota 27	414.704,70	482.549,01
Receitas financeiras	427.453,28	490.639,76
Despesas financeiras	(12.748,58)	(8.090,75)
Resultado patrimonial:	31.709,09	16.410,00
Receitas patrimoniais	31.709,09	16.410,00
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	525.852,69	698.241,13
Imposto de renda - Notas 3m, 22	(36.164,97)	(62.868,77)
Contribuição social - Notas 3m, 22	(21.659,39)	(31.272,75)
RESULTADO LÍQUIDO - Nota 3p	468.028,33	604.099,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATORINENSE) – ANS – 41.562-6**

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	<u>Atos cooperativos</u>	<u>Atos não cooperativos</u>	<u>Total dos atos</u>	
	<u>Ingressos/ (Dispêndios)</u>	<u>Receitas/ (Despesas)</u>		
		2018		2017
Contraprestações efetivas ganhas de planos de assistência à saúde: - Nota 3a	12.373.626,10	-	12.373.626,10	10.766.522,22
Receitas com operações de assistência à saúde	12.679.092,15	-	12.679.092,15	10.890.363,62
Contraprestações líquidas	12.679.092,15	-	12.679.092,15	10.890.363,62
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(305.466,05)	-	(305.466,05)	(123.841,40)
Eventos indenizáveis líquidos: - Nota 3a	(8.813.574,45)	-	(8.813.574,45)	(7.559.609,35)
Eventos conhecidos ou avisados	(8.694.050,99)	-	(8.694.050,99)	(7.453.337,39)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(119.523,46)	-	(119.523,46)	(106.271,96)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	3.560.051,65	-	3.560.051,65	3.206.912,87
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora: - Nota 27	76.734,19	-	76.734,19	201.926,80
Receitas com operações de assistência odontológica	74.403,67	-	74.403,67	195.983,54
Outras receitas operacionais	2.330,52	-	2.330,52	5.943,26
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(3.568,14)	-	(3.568,14)	(48.589,31)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde: - Nota 27	(159.229,52)	(4.368,73)	(163.598,25)	(213.564,10)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(148.389,50)	(3.324,35)	(151.713,85)	(218.918,77)
Provisão para perdas sobre créditos - Nota 3h	(10.840,02)	(1.044,38)	(11.884,40)	5.354,67
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora - Nota 27	(103.484,92)	(47,42)	(103.532,34)	(133.998,39)
RESULTADO BRUTO	3.370.503,26	(4.416,15)	3.366.087,11	3.012.687,87
Despesas de comercialização - Nota 27	(309.866,28)	(6.865,77)	(316.732,05)	(225.612,81)
Despesas administrativas - Nota 27	(2.902.955,80)	(66.960,36)	(2.969.916,16)	(2.587.792,94)
Resultado financeiro líquido: - Nota 27	130.375,47	284.329,23	414.704,70	482.549,01
Receitas financeiras	142.668,92	284.784,36	427.453,28	490.639,76
Despesas financeiras	(12.293,45)	(455,13)	(12.748,58)	(8.090,75)
Resultado patrimonial:	-	31.709,09	31.709,09	16.410,00
Receitas patrimoniais	-	31.709,09	31.709,09	16.410,00
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	288.056,65	237.796,04	525.852,69	698.241,13
Imposto de renda - Notas 3m, 22	-	(36.164,97)	(36.164,97)	(62.868,77)
Contribuição social - Notas 3m, 22	-	(21.659,39)	(21.659,39)	(31.272,75)
RESULTADO LIQUIDO - Notas 3p, 22	288.056,65	179.971,68	468.028,33	604.099,61

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		Reapresentado
RESULTADO LÍQUIDO	468.028,33	604.099,61
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>468.028,33</u>	<u>604.099,61</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIOCONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	Reservas de Sobras					Total
	Capital Social	Reserva Legal	RATES	Reservas de Sobras	Resultado	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	647.961,37	411.196,77	873.671,36	2.605.219,47	372.748,41	4.910.797,38
Destinação das sobras conf. A.G.O. em 08/03/2017	-	-	-	372.748,41	(372.748,41)	-
Utilização de reservas	-	-	(53.964,34)	53.964,34	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	604.099,61	604.099,61
Proposta da destinação do resultado:						
Reserva Legal (Fundo de Reserva) - 10% sobras	-	35.103,19	-	-	(35.103,19)	-
RATES (FATES) - 5% sobras	-	-	17.551,59	-	(17.551,59)	-
RATES (FATES) - 100% resultado ato não cooperativo	-	-	253.067,71	-	(253.067,71)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	647.961,37	446.299,96	1.090.326,32	3.031.932,22	298.377,12	5.514.896,99
Destinação das sobras conf. A.G.O. em 08/03/2018	-	-	-	298.377,12	(298.377,12)	-
Utilização de reservas	-	-	(51.737,28)	51.737,28	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	468.028,33	468.028,33
Proposta da destinação do resultado:						
Reserva Legal (Fundo de Reserva) - 10% sobras	-	46.802,83	-	-	(46.802,83)	-
RATES (FATES) - 5% sobras	-	-	23.401,41	-	(23.401,41)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	647.961,37	493.102,79	1.061.990,45	3.382.046,62	397.824,09	5.982.925,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) - ANS - 41.562-6**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimento de planos de saúde	12.611.950,43	11.303.780,32
Resgate de aplicações financeiras	1.795.000,00	760.300,00
Recebimento de juros de aplicações financeiras	318.824,33	118.074,49
Outros recebimentos operacionais	1.010.995,56	221.064,28
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(9.498.179,81)	(8.055.017,97)
Pagamento de comissões	(172.912,22)	(75.980,45)
Pagamento de pessoal	(715.900,55)	(706.176,55)
Pagamento de pró-labore	(99.084,00)	(95.722,00)
Pagamento de serviços de terceiros	(1.558.893,61)	(1.026.673,88)
Pagamento de tributos	(511.670,30)	(574.797,40)
Pagamento de aluguel	(29.180,88)	(29.078,28)
Pagamento de promoção/publicidade	(49.458,50)	(95.258,27)
Aplicações financeiras	(2.350.000,00)	(2.100.000,00)
Outros pagamentos operacionais	(464.729,28)	(368.806,88)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>286.761,17</u>	<u>(724.292,59)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimento por amortização de empréstimos a cooperativa singular associada	121.602,51	410.804,82
Outros recebimentos das atividades de investimento	18.229,32	8.572,64
Pagamento de aquisição de participação em outras cooperativas	(180,00)	(180,00)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(4.812,00)	(2.870,00)
Outros pagamentos das atividades de investimento	(9.643,14)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>125.196,69</u>	<u>416.327,46</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>411.957,86</u>	<u>(307.965,13)</u>
CAIXA - Saldo inicial	465.457,70	773.422,83
CAIXA - Saldo final	877.415,56	465.457,70
Ativos livres no início do período	3.687.974,00	3.257.141,79
Ativos livres no final do período	4.326.122,37	3.687.974,00
Aumento nas aplicações financeiras - RECURSOS LIVRES	638.148,37	430.832,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATORINENSE) - ANS - 41.562-6

DEMONSTRAÇÃO DA CONCILIAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO
GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CONCILIAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO COM O CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido	468.028,33	604.099,61
Ajustes para conciliar o resultado com o caixa e equivalentes de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais:		
Receitas com juros e variações monetárias de longo prazo	-	(14.934,96)
Rendimentos de investimentos	(42.148,85)	(30.757,25)
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível	44.789,72	53.801,94
Resultado líquido ajustado	<u>470.669,20</u>	<u>612.209,34</u>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução nas aplicações financeiras	(466.696,71)	(1.595.963,64)
(Aumento) redução nos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(109.284,58)	(202.332,14)
(Aumento) redução nos créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde	10.700,72	32.260,14
(Aumento) redução nos créditos tributários e previdenciários	14.328,29	16.339,63
(Aumento) redução nos bens e títulos a receber	(21.360,45)	(127.928,54)
(Aumento) redução nas despesas antecipadas	(2.460,79)	233,70
(Aumento) redução nas contas correntes ativas com cooperados	771,54	195,33
(Aumento) redução nos créditos tributários e previdenciários de longo prazo	(7.061,93)	22.703,43
(Aumento) redução nos depósitos judiciais e fiscais de longo prazo	72.115,02	38.700,36
(Aumento) redução nos outros créditos a receber a longo prazo	-	126.287,84
Aumento (redução) nas provisões técnicas de operações de assist. à saúde	298.752,44	304.302,92
Aumento (redução) nos débitos de operações de assistência à saúde	73,11	-
Aumento (redução) nos débitos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde	(7.420,42)	(16.836,58)
Aumento (redução) nos tributos e encargos sociais a recolher	42.257,11	28.959,24
Aumento (redução) nos débitos diversos	(18.740,37)	36.312,58
Aumento (redução) nas contas correntes passivas com cooperados	475,85	263,80
Ajuste na variação em conta corrente ativa com cooperado	9.643,14	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u><u>286.761,17</u></u>	<u><u>(724.292,59)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE)**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL:

A FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com o nome de fantasia de UNIODONTO CATARINENSE é uma sociedade cooperativa, que atua na área da saúde, e tem por objetos principais representar o sistema UNIODONTO a nível estadual; promover o uso de informações, tecnologia, produtos, insumos e serviços reciprocamente entre suas associadas; organizar, orientar, integrar e coordenar os interesses de suas filiadas que transcendam a capacidade ou conveniência de suas atuações, regulamentação do intercâmbio estadual e instituição de tabela de atos e honorários odontológicos; fornecer equipamentos, artigos, gêneros e insumos adquiridos ou produzidos para uso ou consumo em odontologia, trabalhos científicos e de pesquisa, e em atividades de formação e treinamento de pessoal; operar planos privados de assistência em odontologia em seu nome e de suas associadas, nos termos da legislação aplicável; instituir câmara de compensação estadual; orientar a criação, desenvolvimento e interação de um sistema cooperativo de operadoras de planos privados de assistência em odontologia, no território estadual; promover a gestão comum dos investimentos das associadas; e realizar suas transações sociais sem qualquer objetivo de lucro, fundada em 12/02/2005 com sede no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, tem atuação em diversos municípios do estado de Santa Catarina. A cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A entidade possui registro na ANS, sob nº. 41.562-6. Com base na Resolução Normativa – RN nº. 418, de 2016, da ANS, a Operadora é considerada de médio porte, pois na data de encerramento do exercício social possui quantidade entre 20.000 e 100.000 beneficiários.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

(2.1) BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem a legislação aplicável às sociedades cooperativas, a legislação comercial e tributária, as resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as resoluções emitidas pela ANS conforme Resolução Normativa – RN nº. 290, de 2012 que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, alterada pela Resolução Normativa – RN nº. 418, de 2016. A sociedade cooperativa atendeu na íntegra as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade, ITG 2004, de 2017, que dispõe sobre aspectos específicos às entidades cooperativas, que revogou as normas anteriores (Resoluções CFC nº. 920/2001, 944/2002, 958/2003, 959/2003, 1.013/2005, 1.324/2011 e 1.516/2016). A Operadora por não ser uma companhia aberta, nem sociedade de grande porte, não elaborou a demonstração do valor adicionado por estar desobrigada pela legislação societária brasileira da elaboração e apresentação dessa demonstração contábil. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes demonstrações de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

(2.2) AUTORIZAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao contido na Resolução CFC nº. 1.184, de 2009 e alterações posteriores, que dispõe sobre evento subsequente, o responsável pela autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis é o Dr. Marcos Adolf Prinz, Presidente da Operadora. A referida autorização

deu-se em 01/03/2019, portanto todos os fatos relevantes, conhecidos até esta data, estão divulgados nas referidas demonstrações.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

(a) Regime de escrituração contábil, reconhecimento de receitas e dos eventos indenizáveis

A Operadora adota o regime de competência para o registro de suas operações que consiste no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas independente do seu efetivo recebimento ou pagamento. As contraprestações efetivas ganhas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Somente a parcela mensal das contraprestações correspondentes ao período relacionado à vigência mensal do risco, é registrada no ativo circulante no contas a receber (Contraprestação pecuniária a receber). A parcela referente ao período de risco a decorrer no mês de competência é registrada no passivo circulante em uma conta específica denominada Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG). O registro contábil dos lançamentos referente à conta Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais é realizado pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial. Entende-se por notificação da ocorrência da despesa assistencial qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador de serviços de saúde e a Operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas odontológicas, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão direta ou indireta, que evidencie a realização de procedimento assistencial do beneficiário.

(b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas que incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões técnicas, as contingências, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes daqueles registrados em razão da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em bancos e cooperativas de crédito, conta movimento e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins e estão apresentados pela rubrica “Disponível”.

(d) Realizável - Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço patrimonial, líquidos de IRRF, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas. As aplicações financeiras da Operadora são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(e) Realizável - Créditos de operações com planos de assistência à saúde - Contraprestação pecuniária a receber

Registra os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de assistência odontológica com plano de assistência à saúde da Operadora, nas modalidades coletivo e individual, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquela da referida operação. São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, deduzida a provisão para perdas sobre créditos.

(f) Realizável - Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde

Registram valores devidos correspondentes à participação dos beneficiários em eventos indenizáveis de odontologia, de assistência odontológica, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido ou pós-estabelecido, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquela da referida operação. São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, pois não possui caráter de financiamento, deduzida a provisão para perdas sobre créditos, quando aplicável.

(g) Realizável - Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Registram os créditos operacionais decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, odontológicos, não relacionados ao plano de saúde da Operadora, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquela da referida operação. São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos decorrentes de operações não relacionados com planos de saúde da Operadora, não possuindo caráter de financiamento, deduzida a provisão para perdas sobre créditos.

(h) Realizável - Provisão para perdas sobre créditos

Para fins de provisão de perdas sobre créditos - PPSC a Operadora segue as diretrizes estabelecidas pela ANS por meio dos itens 10.2.3, 10.2.3.1 a 10.2.3.3 do Capítulo I – Normas Gerais do Anexo à Resolução Normativa – RN nº. 418, de 2016, conforme segue: a) nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; b) para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; c) Para os créditos de operações não relacionados com planos de assistência à saúde da própria Operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada.

(i) Investimentos

Os investimentos da Operadora são representados por participações de caráter permanente em outras sociedades cooperativas e foram avaliados pelo custo de aquisição e seus resultados contabilizados, de acordo com o regime de competência.

(j) Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear e as taxas que levam em conta a vida útil dos bens, estão demonstradas em nota explicativa específica do imobilizado. O valor contábil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O valor contábil dos bens imobilizados é ajustado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo contábil exceder ao valor recuperável. A administração da Operadora estima não haver perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Não houve alterações nos critérios e valores da depreciação por não terem representação econômica relevante e por terem suas vidas econômicas já aproximadamente representadas.

(k) Intangível

Refere-se a gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Operadora e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano. Esses ativos são amortizados pelo método linear, pela taxa anual de 20%. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

(l) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações contidas nas Resoluções Normativas – RN nº. 209, de 2009, nº. 393, de 2015 e nº. 442, de 2018, da ANS, conforme descrito na nota explicativa nº. 18. A Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) refere-se à parcela de

contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu. Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (PESL) refere-se aos montantes já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela Operadora. A Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) refere-se a estimativa do montante de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados.

(m) Imposto de renda e Contribuição social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado na nota explicativa nº. 22.

(n) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(o) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo, ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Operadora possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

(4) Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

Contempla numerários em caixa (R\$ 1.319,87 em 2018 e R\$ 1.003,73 em 2017) e saldos em bancos conta movimento (R\$ 876.095,69 em 2018 e R\$ 464.453,97 em 2017).

(5) Realizável - Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por ativos garantidores vinculados a provisões técnicas (R\$ 1.878.138,49 em 2018 e R\$ 1.637.632,29 em 2017) e por ativos livres (R\$ 3.448.706,81 em 2018 e R\$ 3.222.516,30 em 2017), estando à totalidade aplicada em títulos públicos de renda fixa. Em conformidade com a Resolução Normativa - RN nº. 392 de 2015, da ANS, as operadoras classificadas nas modalidades de cooperativa odontológica com número de beneficiários inferior a 100.000 apurados na data de 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior, ficam obrigadas a lastrear os ativos garantidores da Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais de com prazo superior a 60 dias, bem como, da totalidade da Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA). A Operadora em 31/12/2018 necessitava manter ao menos R\$ 1.819.395,75 em ativos garantidores de acordo com as Resoluções Normativas - RN nº. 392, de 2015 e nº. 419, de 2016, da ANS. Esse montante corresponde ao valor da PEONA calculada conforme a regra da ANS para a apuração e da Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais. Na data do presente balanço patrimonial os ativos garantidores apresentavam saldo contábil superior à regra da

ANS em R\$ 58.742,74. A Operadora além dos ativos garantidores mantém ativos livres, distribuídos em conformidade com as Resoluções Normativas - RN nº. 392, de 2015 e nº. 419, de 2016, da ANS. A Operadora possui aplicações financeiras suficientes vinculadas a ANS e estão representadas por fundo de investimento dedicado a ANS.

A distribuição das aplicações financeiras está assim composta:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco do Brasil	1.039.861,67	842.845,22
Bancoop	838.276,82	794.787,07
Total de aplicações financeiras garantidoras	1.878.138,49	1.637.632,29
Unicred	204.744,22	312.195,08
Viacredi	3.243.962,59	2.910.321,22
Total de aplicações financeiras livres	3.448.706,81	3.222.516,30
Total de aplicações financeiras	5.326.845,30	4.860.148,59

As aplicações financeiras garantidores de provisões técnicas tiveram remuneração média de 6,29% ao ano, enquanto as aplicações livres foram contratadas com remuneração média de 6,58% ao ano.

(6) Realizável – Créditos de operações com planos de assistência à saúde - Contraprestação pecuniária a receber

A composição dos créditos de operações com planos de assistência à saúde - Contraprestação pecuniária a receber está representada pelas contas a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contraprestação pecuniária a receber – Individual	217.681,06	191.504,63
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(63.390,85)	(50.485,30)
Contraprestação pecuniária a receber – Coletivo	1.030.512,97	938.581,34
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(33.287,20)	(29.702,14)
	1.151.515,98	1.049.898,53

A composição da conta contraprestações pecuniárias a receber, por idade de vencimento, é:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	1.070.439,85	896.095,17
Vencidos até 30 dias	76.051,48	149.584,03
Vencidos de 31 a 60 dias	9.592,56	7.323,03
Vencidos de 61 a 90 dias	5.357,24	3.120,71
Vencidos a mais de 90 dias	86.752,90	73.963,03
Sub-total	1.248.194,03	1.130.085,97
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(96.678,05)	(80.187,44)
	1.151.515,98	1.049.898,53

(7) Realizável – Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde – Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

A composição da conta participação dos beneficiários em eventos indenizáveis de odontologia, por idade de vencimento, é:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	65.300,14	58.199,85
Vencidos até 30 dias	1.534,17	989,87
Vencidos de 31 a 60 dias	278,17	298,09
Vencidos de 61 a 90 dias	63,58	250,87
Vencidos a mais de 90 dias	13.326,39	12.440,44
	-----	-----
Sub-total	80.502,45	72.179,12
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(13.686,48)	(13.030,28)
	-----	-----
	66.815,97	59.148,84
	=====	=====

(8) Realizável – Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

A composição dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora está representada pelas contas a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber – Pessoas jurídicas	-	55.849,98
Contas a receber – Pessoas físicas	-	8.855,00
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	-	(54.004,26)
	-----	-----
	-	10.700,72
	=====	=====

A composição dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, por idade de vencimento, é:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	-	17.965,57
Vencidos até 30 dias	-	2.090,00
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	7.513,75
Vencidos a mais de 90 dias	-	37.135,66
	-----	-----
Sub-total	-	64.704,98
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	-	(54.004,26)
	-----	-----
	-	10.700,72
	=====	=====

(9) Realizável – Créditos tributários e previdenciários

Registram os créditos tributários e previdenciários gerados com a retenção na fonte, direito à compensação e restituição dos tributos recolhidos a maior, antecipação de tributos devidos no curso do ano-calendário, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação. O grupo é composto da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda retido na fonte	30.164,08	79.812,09
Imposto de renda a compensar/restituir	53.923,56	17.229,32
Contribuição social a compensar/restituir	1.790,44	3.164,96
	-----	-----
	85.878,08	100.206,37
	=====	=====

(10) Realizável - Bens e títulos a receber

Registra os valores correspondentes a títulos a receber inerentes à atividade da Operadora, cuja liquidação deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes. Esse grupo de contas também registra os valores e bens que não se enquadram em contas específicas do ativo circulante. Quando necessária, é reconhecida provisão para perdas sobre créditos.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cartões de crédito	8.757,92	1.090,70
Outros títulos a receber	14.954,79	14.400,06
Adiantamentos a funcionários	17.172,98	17.609,31
Adiantamentos diversos	2.640,76	5.750,00
Mútuo financeiro a cooperativa singular associada	9.643,14	123.208,90
Menos – Juros a transcorrer sobre mútuo financeiro	-	(10.113,57)
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(14.746,23)	(13.279,98)
	-----	-----
	38.423,36	138.665,42
	=====	=====

Em 01/10/2018, a Operadora (mutuante) celebrou contrato de mútuo (empréstimo) gratuito em dinheiro com a cooperativa singular associada Uniodonto Sul Catarinense Cooperativa Odontológica (mutuária), pelo qual emprestará, a partir de 05/10/2018, a quantia de R\$ 32.143,80, em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas através de transferência bancária. A mutuária pagará o valor a partir de 15/08/2019, em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas. O valor presente do crédito em 31/12/2018 é de R\$ 9.643,14.

(11) Realizável - Despesas antecipadas

Registram despesas antecipadas decorrentes de prêmios de seguros patrimoniais (R\$ 7.602,97 em 2018 e R\$ 5.142,18 em 2017).

(12) Realizável - Conta corrente com cooperados

Registra as operações ativas com o quadro social da Cooperativa, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação (R\$ 295,26 em 2018 e R\$ 1.066,80 em 2017).

(13) Realizável a longo prazo – Créditos tributários e previdenciários

Referem-se a créditos decorrentes de IRF-remuneração sobre serviços prestados por associados de cooperativa de trabalho, atualizados pela SELIC, cujos pedidos de restituição encontram-se com despacho decisório emitido ou em análise junto a Receita Federal do Brasil – RFB (R\$ 176.702,07 em 2018 e R\$ 169.640,14 em 2017).

(14) Realizável a longo prazo – Depósitos judiciais e fiscais

O saldo de depósitos judiciais, em 31/12/2017, de R\$ 72.115,02, referia-se a ação movida pela Operadora visando declarar a inexistência da Taxa de Saúde Suplementar por Beneficiário (TSS por Beneficiário) em razão da base de cálculo não ser definida em lei, mas em resolução da ANS. Em 09/11/2018 houve liberação a favor da Operadora da totalidade desses depósitos no total de R\$ 128.551,10. A Operadora possui um ativo contingente decorrente da referida ação contra a ANS, transitado em julgado em 17/05/2018, que provavelmente constará do orçamento da União do ano de 2020. Os valores a receber que constam na requisição do precatório montam R\$ 231.915,00. O reconhecimento contábil da receita ocorrerá quando da efetiva expedição do precatório.

(15) Investimentos – Outros investimentos

Esses investimentos estão representados pelas seguintes participações societárias:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Uniodonto do Brasil	1.000,00	1.000,00
MaxiCrédito	528,00	516,62
Unicred de Blumenau	64.197,67	60.945,58
Unicred de Florianópolis	140.697,66	122.847,01
Viacredi	36.072,73	33.087,32
	-----	-----
	242.496,06	218.396,53
	=====	=====

(16) Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens não odontológicos como segue:

	<u>Taxa anual</u> <u>Deprec. (%)</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Edificações	4	254.000,00	254.000,00
Máquinas e equipamentos	10	27.827,94	27.827,94
Móveis e utensílios	10	96.844,40	96.844,40
Equipamentos de informática - Hardware	20	78.055,03	73.243,03
Veículos	20	183.703,18	183.703,18
		-----	-----
		640.430,55	635.618,55
Menos – Depreciações acumuladas		(374.324,71)	(342.447,23)
		-----	-----
Valor contábil		266.105,84	293.171,32
		=====	=====

O resumo das movimentações segue abaixo:

	<u>2017</u>		<u>2018</u>			
	<u>V. Contábil</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transf.</u>	<u>V. Contábil</u>
Edificações	196.229,57	-	-	(10.159,92)	-	186.069,65
Máquinas e equip. ...	12.670,23	-	-	(2.401,20)	-	10.269,03
Móveis e utensílios ..	30.573,74	-	-	(7.692,92)	-	22.880,82
Equip.de informática	10.589,38	4.812,00	-	(4.288,68)	-	11.112,70
Veículos	43.108,40	-	-	(7.334,76)	-	35.773,64
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	293.171,32	4.812,00	-	(31.877,48)	-	266.105,84
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(17) Intangível

O resumo das movimentações segue abaixo:

	<u>2017</u>		<u>2018</u>			
	<u>V. Contábil</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transf.</u>	<u>V. Contábil</u>
Softwares	44.574,63	-	-	(12.912,24)	-	31.662,39
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	44.574,63	-	-	(12.912,24)	-	31.662,39
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(18) Passivo circulante - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde e ativos garantidores

Com base na Resolução Normativa – RN nº. 314, de 2012, da ANS, a Operadora constitui a Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG), que se caracteriza pelo registro contábil do valor mensal pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixada a crédito de Receita de contraprestações no último dia do mês de competência, pelo período de risco já

decorrido no mês. O saldo da conta de PPCNG, calculada com base no artigo 14 da Resolução Normativa – RN nº. 393, de 2015, da ANS, em 31/12/2018 é de R\$ 112.416,91 (R\$ 21.776,95 em 2017). A PPCNG não necessita de ativos garantidores.

Com base na Resolução Normativa – RN nº. 393, de 2015, da ANS, a Operadora constitui a Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais, que representa a garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, observando os critérios estabelecidos pela ANS que dispõe que o registro contábil dos lançamentos referentes à conta Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais deverá ser constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial. O fato gerador da despesa com eventos é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor. O saldo da conta de Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais em 31/12/2018 totaliza R\$ 843.210,78 (R\$ 754.621,76 em 2017). Para a Operadora, com base no artigo 3, parágrafo único, da Resolução Normativa – RN nº. 392, de 2015, da ANS, é opcional a vinculação de ativos garantidores para a parcela da Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais que tenham sido avisados nos últimos 60 dias.

Quanto a Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) conforme dispõe o artigo 11 da Resolução Normativa – RN nº. 393, de 2015, da ANS, a Operadora efetuou a constituição desta provisão, seguindo a diretriz da ANS quanto à constituição dos valores mínimos, observando o maior entre os seguintes valores: I – 8,5% do total de contraprestações odontológicas nos últimos doze meses, na modalidade de preço pré-estabelecido; II – 10% do total dos eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos doze meses, na modalidade de preço pré-estabelecido. O saldo da PEONA em 31/12/2018 é de R\$ 976.184,97 (R\$ 856.661,51 em 2017), acima do exigido para a data do balanço patrimonial.

Em 31/12/2018 a Operadora mantinha aplicações garantidoras vinculadas em favor da ANS nos termos da legislação específica o montante de R\$ 1.878.138,49 (R\$ 1.637.632,29 em 2017).

O Patrimônio Líquido em 31/12/2018 monta o valor de R\$ 5.982.925,32 (R\$ 5.514.896,99 em 2017) bastante acima do Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA exigido de R\$ 17.006,47 (R\$ 16.291,28 em 2017) para a Operadora (fator K 0,20% sobre o capital base de R\$ 8.503.232,69) e (R\$ 8.145.639,13 em 2017), valor ajustado pela variação anual do IPCA, tomando-se por base o mês de junho de cada ano, estabelecida na Resolução Normativa – RN nº. 209, de 2009, da ANS, logo, bastante acima do necessário e determinado.

O valor total da Margem de Solvência – MS, que corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, corresponde em 31/12/2018 o montante de R\$ 2.416.362,07 (R\$ 2.096.873,44 em 2017), valor abaixo do patrimônio líquido e assim acima das exigências da ANS. Conforme dispõe a Resolução Normativa – RN nº. 209, de 2009, da ANS, a Margem de Solvência – MS representa a manutenção do Patrimônio Líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, conforme disposto no artigo 6 desta Resolução, dos dois o maior.

(19) Passivo circulante - Débitos de operações de assistência à saúde – Comercialização sobre operações

Registram as comissões a pagar por angariação de planos de assistência odontológica (R\$ 523,11 em 2018 e R\$ 450,00 em 2017).

(20) Passivo circulante - Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Registram os débitos operacionais de assistência à saúde, não relacionados com planos de saúde da Operadora, com base em documentos comprobatórios e controles gerenciais auxiliares (R\$ 7.551,94 em 2018 e R\$ 14.972,36 em 2017).

(21) Passivo circulante - Tributos e encargos sociais a recolher

Os tributos e encargos sociais a recolher são representados por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CSL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.262,02	3.644,99
ISS - Imposto sobre Serviços	104.152,09	570,96
TSS – Taxa de Saúde Suplementar por Beneficiário	-	72.115,02
Contribuições previdenciárias	19.021,37	18.880,52
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	5.913,54	4.951,72
COFINS e PIS	15.852,98	11.818,29
Impostos e contribuições retidos na fonte	33.217,67	26.181,06
	-----	-----
	180.419,67	138.162,56
	=====	=====

O ISS – Imposto sobre Serviços é calculado tomando por base as receitas de contraprestações líquidas e receitas de assistência não relacionadas a planos de saúde da Operadora, deduzidos os respectivos eventos conhecidos/avisados e outras despesas com operações de assistência não relacionados a planos de saúde da Operadora, aplicando-se sobre o resultado obtido a alíquota de 3%.

Ainda em relação ao ISS considerando a alteração dos incisos XXIII, do artigo 3º da Lei Complementar nº. 157/2016, a Operadora, com base na decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que deferiu medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 5.835/DF para suspender a eficácia desses dispositivos legais, bem como de toda e qualquer legislação municipal editada com base nos seus critérios, optou por não ajuizar demanda e realizar de forma administrativa a separação de todos os serviços prestados aos tomadores (sediados e domiciliados) nos diversos municípios, realizando o respectivo reconhecimento contábil. No município de sua sede – Blumenau – a Operadora vem recolhendo integralmente o ISS para os tomadores domiciliados e sediados no município de Blumenau.

(22) Passivo circulante – COFINS, PIS, IRPJ e CSL

A COFINS e o PIS vêm sendo calculados e recolhidos tomando por base a Lei nº. 9.718, de 1998, combinado com o artigo 19 da Lei nº. 12.873, de 2013.

A Operadora calculou e efetuou o recolhimento do IRPJ e da CSL sobre o resultado de atos não-cooperativos e mais as receitas financeiras, conforme prevê a Súmula nº. 262 do Superior Tribunal da Justiça – STJ. O resumo da apuração do IRPJ e da CSL segue abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do IRPJ e CSL	525.852,69	698.241,13
(+) Adições (Exclusões)	2.863,83	(851,67)
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo	(288.056,65)	(349.914,40)
Base de cálculo antes dos prejuízos fiscais	240.659,87	347.475,06
IRPJ (15% + 10% sobre o que exceder a R\$ 240.000,00)	36.164,97	62.868,77
CSL (9%)	21.659,39	31.272,75
Total do IRPJ e CSL devidos	57.824,36	94.141,52
	=====	=====

A Operadora não possui ativos e passivos fiscais diferidos na data do balanço.

ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Atos cooperativos principais referem-se aos serviços realizados exclusivamente pelos cooperados / associados do sistema UNIODONTO, e atos cooperativos auxiliares referem-se aos serviços realizados com as clínicas credenciadas. A cooperativa para fins de apuração do IRPJ E CSL não possui atos auxiliares. A apuração dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender a Lei das Cooperativas (Lei nº. 5.764/1971) e legislação tributária específica, onde os resultados dos atos não cooperativos são levados à conta da RATES (FATES), conforme decisão da Assembleia (AGO).

CRITERIOS DE PROPORCIONALIDADE E SEGREGAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Sobre os eventos indenizáveis líquidos apura-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos, sendo o resultado desta equação aplicada sobre os ingressos de contraprestações emitidas de assistência odontológica em pré-pagamento, pós-pagamento e demais receitas de plano de assistência odontológica. Sobre as despesas e custos indiretos aplica-se a proporcionalidade obtida entre as receitas de atos cooperativos e atos não cooperativos, sendo que algumas receitas e despesas são apuradas adotando critério diferenciado, dentre os principais podemos destacar as receitas e despesas patrimoniais como juros sobre capital, venda imobilizado e receita de aplicações financeiras, que são alocadas integralmente como ato não cooperativo.

(23) Passivo circulante - Débitos diversos

Essas obrigações compõem-se de:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Obrigações com pessoal	145.475,43	132.026,95
Fornecedores	19.937,12	51.746,21
Depósitos de beneficiários e de terceiros	373,94	753,70
Aluguéis	2.000,00	2.000,00
	-----	-----
	167.786,49	186.526,86
	=====	=====

(24) Passivo circulante – Conta corrente com cooperados

Registra operações passivas com o quadro social da Cooperativa (R\$ 739,65 em 2018 e R\$ 263,80 em 2017).

(25) Passivo não circulante - Provisões para ações judiciais

De acordo com as assessorias jurídicas especializadas contratadas, a Operadora não apresenta contingências consideradas como perdas prováveis ou possíveis, não requerendo assim reconhecimento ou divulgações a respeito.

(26) Patrimônio líquido - Capital social realizado e reservas

O capital social realizado, no montante de R\$ 647.961,37 (mesmo valor em 2017), pertence a 3 cooperativas singulares associadas. Cada cooperativa associada tem direito a um voto, independentemente do valor do capital possuído. Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 08/03/2018, por unanimidade, as sobras líquidas do exercício de 2017, no valor de R\$ 298.377,12, já deduzidos o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (RATES) e Fundo de Reserva (Reserva Legal) de R\$ 305.722,49 foi destinado para Reserva para Investimentos (Outras Reservas de Sobras). O estatuto social prevê a destinação de 10% para o Fundo de Reserva (Reserva Legal) que tem por finalidade reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento de atividades da cooperativa conforme artigo nº. 54, letra “a”, do estatuto social e 5% para o FATES (RATES) que se destina à prestação de assistência das associadas, conforme artigo nº. 54, letra “b”, do estatuto social. Conforme parágrafo 4º do artigo anteriormente citado o FATES (RATES) poderá estender seus benefícios aos funcionários da Cooperativa mediante regulamentação da Diretoria.

(27) Despesas e resultado financeiro por natureza

A Resolução CFC nº. 1.185, de 2009 e alterações posteriores, dispõe sobre apresentação das demonstrações contábeis. Está mostrado a seguir, o detalhamento das despesas de comercialização, administrativas, outras receitas e despesas e o resultado financeiro apresentadas na demonstração do resultado conforme padrão determinado pela ANS.

<u>Despesas de comercialização</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração pessoal próprio.....	107.377,00	109.869,90
Comissão/agenciamento	171.965,88	77.508,20
Encargos sociais	37.389,17	38.234,71
	-----	-----
	316.732,05	225.612,81
	=====	=====
 <u>Despesas administrativas</u>	 <u>2018</u>	 <u>2017</u>
Despesas com pessoal próprio	912.329,84	886.342,05
Despesas com serviços de terceiros	1.579.262,53	1.133.135,90
Despesas com localização e funcionamento	287.442,85	268.349,65
Despesas com publicidade e propaganda institucional	71.882,08	60.627,62
Despesas com tributos	73.103,88	193.993,54
Despesas administrativas diversas	45.894,98	45.344,18
	-----	-----
	2.969.916,16	2.587.792,94
	=====	=====
 <u>Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</u>	 <u>2018</u>	 <u>2017</u>
Receitas com prestação de serviços	74.403,67	195.983,54
Outras receitas operacionais	2.330,52	5.943,26
	-----	-----
	76.734,19	201.926,80
	=====	=====
 <u>Outras despesas de operações com planos de assistência à saúde</u>	 <u>2018</u>	 <u>2017</u>
Confecção de carteiras	26.266,99	29.310,54
Despesas com cobrança	98.528,41	73.472,55
Perdas incobráveis	26.918,45	116.135,68
Provisão (reversão) para perdas sobre créditos – PPSC	11.884,40	(5.354,67)
	-----	-----
	163.598,25	213.564,10
	=====	=====
 <u>Outras despesas de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</u>	 <u>2018</u>	 <u>2017</u>
Despesas com prestação de serviços	117.804,04	152.571,62
Menos – Deduções com prestação de serviços	(16.376,53)	(21.373,75)
Perdas incobráveis	2.104,83	2.800,52
	-----	-----
	103.532,34	133.998,39
	=====	=====
 <u>Resultado financeiro líquido</u>	 <u>2018</u>	 <u>2017</u>
Receitas de aplicações financeiras	255.265,43	389.843,12
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	14.100,32	30.026,77
Outras receitas financeiras	158.087,53	70.769,87
	-----	-----
	427.453,28	490.639,76
	-----	-----
Despesas financeiras com operações de assistência à saúde	1.142,42	2.464,35
Outras despesas financeiras	11.606,16	5.626,40
	-----	-----
	12.748,58	8.090,75
	-----	-----
	414.704,70	482.549,01
	=====	=====

(28) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos pela Operadora a seus empregados são detalhados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Assistência médica/odontológica	45.999,38	43.012,75
Alimentação	41.817,75	41.214,81
Gratificações	5.996,50	14.869,00
Cursos e treinamentos	2.901,78	4.648,75
Auxílio educação	-	3.747,64
Seguro pessoal	2.296,12	2.214,10
Vale transporte	2.983,78	1.481,73
Auxílio creche	540,00	341,10
	-----	-----
	102.535,31	111.529,88
	=====	=====

(29) Operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde

No exercício social de 2018, a Operadora não promoveu nenhuma colaboração mútua compartilhando com outras operadoras a gestão dos riscos associados à operação de planos privados de assistência à saúde, previstos na Resolução Normativa – RN nº. 430, de 2017, da ANS, quanto à: (a) assunção de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento, de forma continuada, dos beneficiários de outras operadoras por meio de intercâmbio operacional, convênio de reciprocidade ou outra forma de ajuste; (b) aporte de recursos financeiros para a formação de um fundo comum com vistas a minimizar, no curto prazo, o impacto financeiro dos eventos em saúde, podendo associar a esse fundo comum o compartilhamento de serviços de gerenciamento de custos, tais como a auditoria de contas médicas; ou (c) promoção de oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde.

(30) Partes relacionadas

A Federação das Cooperativas Odontológicas do Estado de Santa Catarina – ANS – 41.562-6 intitulada Federação, possui relacionamento com as cooperativas Uniodonto de SC Cooperativa Administradora de Contratos intitulada Administradora, com a cooperativa Uniodonto Santa Catarina Cooperativa Odontológica, intitulada Prestadora, com a cooperativa Uniodonto Sul Catarinense Cooperativa Odontológica, intitulada Uniodonto Sul e com a empresa Uniodonto Agenciamento de Serviços e Planos Odontológicos Ltda., intitulada Agenciadora como segue: A Federação se relaciona com a Administradora através do quadro societário uma vez que as mesmas são cooperadas, e compartilhamento de recursos como: gestão de recursos financeiros, seção de espaço e mão de obra, materiais e equipamentos. O relacionamento também ocorre no que diz respeito a funções importantes da administração como o de Presidente e Superintendente da Federação e Conselheiros da Administradora, Presidente da Administradora e Conselheiro Fiscal da Federação, Vice-Presidente da Federação e Superintendente da Administradora. A Federação se relaciona com a Prestadora através do quadro societário uma vez que as mesmas são associadas, e compartilhamento de recursos como: seção de espaço e mão de obra, materiais e equipamentos. O relacionamento também ocorre no que diz respeito a funções importantes da administração como o de Presidente da Federação e Presidente da Prestadora, Conselheiro Fiscal da Federação e Superintendente da Prestadora. A Federação se relaciona com a Uniodonto Sul através do quadro societário uma vez que as mesmas são cooperadas, e na condição de mutuante por contrato de mútuo gratuito em dinheiro. A Federação se relaciona com a Agenciadora através de compartilhamento de recursos como: seção de espaço e mão de obra, materiais, e equipamentos. As transações de compartilhamento de recursos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

(31) Instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo do Disponível, Créditos com operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da operadora e os passivos circulantes, principalmente Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais, Débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrerem em data próxima à do balanço patrimonial. Em 31/12/2018, a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

(32) Gerenciamento de riscos

A Operadora apresenta exposição a diversos riscos inerentes às suas operações:

Risco de subscrição:

Descrição:

O risco de subscrição está relacionado à possibilidade de que os eventos a serem cobertos pela Operadora, somados aos custos administrativos e operacionais inerentes às atividades necessárias a prestação dos serviços, num período futuro, possam exigir recursos financeiros superiores aos montantes de contraprestações recebidas.

Tratamento:

A Operadora acompanha mensalmente as variações de seus custos em eventos, bem como os custos administrativos, tomando ações preventivas para que em um futuro, não venha a ter que aportar recursos financeiros superiores aos montantes de contraprestações recebidas. Este risco é acompanhado por análise contratual entre a contraprestação e a sinistralidade, acrescido de um percentual de custo administrativo. Caso o contrato seja deficitário, o mesmo é renegociado para atingir o equilíbrio financeiro. A Operadora avalia periodicamente suas despesas no que diz respeito a despesas assistenciais e a despesas administrativas, tomando ações preventivas para que em um futuro, não venha a ter que aportar recursos financeiros superiores aos montantes de contraprestações recebidas. Quanto a despesas assistenciais, a Operadora acompanha a utilização por parte dos beneficiários e principalmente dos contratos coletivos verificando o seu resultado, para realizar ações corretivas em casos deficitários. Acompanha os maiores prestadores de serviço assistencial para mitigar possíveis desvios, e analisar os procedimentos mais utilizados para ações corretivas e preventivas. Quanto a despesas administrativas, a Operadora busca frequentemente se adequar ao mercado, analisando seu custo de operação, bem como a questões de comercialização, acompanhando os valores pagos aos agentes de vendas versus sua performance, incentivando o relacionamento mais próximo com a contratante, para detectar possível descontentamento.

Risco de crédito:

Descrição:

O risco de crédito é o risco de um cliente não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em riscos financeiros.

Tratamento:

A área financeira da Operadora avalia, em situações pontuais e quando é possível, a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, análises de mercado e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário, débito automático e em alguns casos específicos, por depósito bancário. A Operadora possui setor de cobrança interno e empresa especializada em cobrança contratada. A Operadora sempre buscando uma qualidade de crédito com menor índice de inadimplência, procura acompanhar o mercado quanto a questões de cobrança, e atualmente está dando prioridade na cobrança via cartão de crédito recorrente, onde o índice de inadimplência tem mostrado inferior a cobrança bancária ou débito automático.

Risco de mercado:

Descrição:

O risco de mercado é a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores externos que influenciam os preços de mercado.

Tratamento:

A administração da Operadora monitora de forma periódica os seus resultados, define os níveis de aplicações (investimentos) em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e na gestão dos recursos financeiros. Procurando diminuir a influência do mercado sobre suas operações, a Operadora está sempre atenta a política de outras operadoras na região, bem como investindo em sua imagem para reforçar sua presença na região.

Risco legal:

Descrição:

O risco legal está relacionado a possível evento cuja ocorrência represente ou possa representar práticas incoerentes com os normativos estabelecidos (internos ou externos).

Tratamento:

A Operadora tem em sua administração, acompanhamento jurídico especializado no que diz respeito a contratos, celebrados entre a Operadora e clientes, bem como entre fornecedores e a Operadora. Tem acompanhamento dos informes da Uniodonto do Brasil, no qual a Operadora é associada, onde também possui uma assessoria jurídica especializada que acompanha principalmente as alterações da legislação e movimentos legislativos no que diz respeito a planos de saúde e cooperativismo, entendendo assim que os riscos legais são diminuídos por estas ações.

Risco operacional:

Descrição:

O risco operacional está relacionado à possível evento cuja ocorrência acarrete ou passa acarretar em falha ou demora em processos internos (procedimentos/pessoal/tecnologia da informação/infraestrutura) gerando insatisfação ou perda de clientes e/ou de informações.

Tratamento:

A Operadora administra o risco operacional para evitar prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos mediante desenvolvimento de padrões nas seguintes áreas: segregação de funções; conferência e monitoramento de operações; cumprimento de exigências regulatórias e legais; documentação de controle e procedimentos; treinamento e desenvolvimento profissional; investimentos contínuos em tecnologia da informação; padrões éticos e comerciais.

Risco de liquidez:

Descrição:

O risco de liquidez é possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos.

Tratamento:

A área financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Operadora para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. A Operadora investe o excesso de caixa gerado em aplicações em instituições renomadas e/ou cooperativas de crédito, escolhendo instrumentos com

vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes. A Operadora não possui responsabilidades por avais ou fianças as cooperativas e demais entidades com as quais se relaciona.

(33) Cobertura de seguros (informação não auditada)

A Operadora mantém seguros patrimoniais cujo montante é julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e ressarcir possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas máximas de seguros eram compostas de R\$ 500.000,00 para incêndio, raio e explosão/implosão, R\$ 20.000,00 para danos elétricos e curto circuito, R\$ 5.000,00 para vidros/anúncios/letreiros/antenas/espelhos/mármore, R\$ 30.000,00 para roubo e furto qualificado, R\$ 30.000,00 para perda/pagamento de aluguel, R\$ 20.000,00 para vendaval até fumaça, R\$ 15.000,00 para recomposição de registros e documentos, R\$ 6.000,00 para equipamentos eletrônicos, R\$ 40.000,00 para responsabilidade civil operações, R\$ 40.000,00 para responsabilidade civil empregador, R\$ 30.000,00 para tumultos/greves/lockout – atos dolosos, 105,00% ou 100,00% tabela FIPE para cobertura por veículo, R\$ 300.000,00 para danos materiais por veículo, R\$ 500.000,00 para danos corporais por veículo, R\$ 100.000,00 para danos morais por veículo, R\$ 10.000,00 para morte por pessoa, R\$ 10.000,00 para invalidez permanente por pessoa e R\$ 150.000,00 para danos morais por veículo.

(34) Atualização das obrigações contábeis das operadoras para 2019

Por meio da Resolução Normativa – RN nº. 435, de 23/11/2018, a ANS, revogou a Resolução Normativa – RN nº. 290, de 2012, atualizando dessa forma o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de saúde, cujas regras estão em vigor para o exercício de 2019. A administração da Operadora está se esforçando para que as exigências da nova normativa, nas situações a ela aplicáveis, sejam plenamente atendidas.

DIRETORIA

Dr. Marcos Adolf Prinz
Presidente

Dr. Fred Zimmermann
Vice-Presidente

Dr. Rubens Renato Weidgenant
Superintendente

Garcia Contabilidade Ltda.
CNPJ nº. 07.828.910/0001-06

Odair Francisco Vargas
CPF nº. 019.298.989-83
Contador CRC/SC nº. 024.557/O-3

**FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE)**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6** (“Operadora”) no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, de Sobras e Perdas, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e tomando como base o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, em 01 de março de 2019, sem ressalvas, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das legislações societária, cooperativista e diretrizes contábeis estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS vigentes encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Operadora.

Blumenau, SC, 07 de março de 2019.

Dra. Yone Oshima

Dra. Viviane Toffolo

Dr. Beato Ari Stingelin

Dra. Rosane Caldeira

Dra. Luiza Helena Pradi

Dra. Viviane Beims



Pablo Rozano Winckler

AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria, Conselho Fiscal e Filiadas da
FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6** (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



A Diretoria, Conselho Fiscal e Filiadas da
FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Pablo Rozano Winckler

AUDITOR INDEPENDENTE

A Diretoria, Conselho Fiscal e Filiadas da

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UNIODONTO CATARINENSE) – ANS – 41.562-6

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, SC, 01 de março de 2019.

PABLO ROZANO WINCKLER

Contador CRC/SC nº. 11.009/O-1 e CRC/SC nº. 5.599/O-5